

A RELAÇÃO DOS INDÍGENAS COM A NATUREZA COMO CONTRIBUIÇÃO À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Ana Hilda Carvalho de Souza¹, Alexandrina Maria de Andrade Lima²,
Marcos Aurélio Anadem Mello³, Elialdo Rodrigues de Oliveira⁴

Resumo: Em seus territórios tradicionais, as sociedades indígenas e o ambiente evoluíram conjuntamente em equilíbrio. Este estudo objetiva analisar a relação social dos indígenas com a natureza e como ela pode contribuir com a sustentabilidade ambiental para as sociedades não indígenas. O procedimento metodológico foi realizado por meio de estudo bibliográfico de artigos científicos em português. A partir dos estudos constatou-se que a valorização e o respeito dados pelos indígenas em relação à natureza proporcionam-lhes a sustentabilidade ambiental, utilizada e difundida a partir de sua própria cultura. Portanto, pode contribuir com a garantia e a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Palavras-chave: Meio ambiente. Sociedades tradicionais. Valores culturais.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea encontra-se em crescente ameaça por riscos e agravos socioambientais. Nesse contexto, índios e natureza são termos que têm despertado simpatia da sociedade não indígena em relação aos nativos do continente sul-americano, principalmente ao perceber a Amazônia como um ambiente ameaçado.

O termo natureza, neste estudo, é definido como o mundo físico, ou seja, como o conjunto das coisas que existem realmente, que é natural (CASTRO, 2007). Nos elementos que compõem a natureza geralmente não se incluem os objetos construídos pelo homem. Já o termo índio remete ao indivíduo que tem origem biológica e se sente pertencer a um povo nativo, que possui traços culturais particulares, línguas e costumes específicos (BRASIL, 1973). Nesta análise, outro conceito a ser considerado é o termo genérico indígena, que se refere a diversas populações nativas do continente sul-americano, amplamente conhecidas como sociedades tradicionais.

Para essas populações indígenas, as atividades produtivas são basicamente para subsistência. Assim, apresentam forte dependência em relação à natureza e aos recursos naturais renováveis, os quais são os mantenedores de seu modo particular de vida. Culturalmente, a natureza representa para os indígenas muito mais do que um meio de subsistência. Representa o suporte da vida social e está diretamente ligada aos sistemas de crenças e conhecimentos, além de uma relação histórica.

1 Mestrado em Economia (UFRGS) e doutoranda em Ambiente e Desenvolvimento (UNIVATES). anahildarr@hotmail.com

2 Especialização em Administração Hoteleira (UFRPE) e mestranda em Ambiente e Desenvolvimento (UNIVATES). alexaturismo@gmail.com

3 Licenciatura Plena em Educação Física. marcopfis@hotmail.com

4 Doutorando em Educação: Currículo pela PUC/SP. elialdo_oliveira@hotmail.com

Basta perceber que os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas ou séculos de ocupação efetiva.

Para as sociedades indígenas conhecidas como “povos do lavrado”, habitantes desde tempos imemoriais da Tríplice Fronteira Norte do Brasil, cada sítio arqueológico de aldeia está historicamente vinculado ao espaço sociocultural de seus habitantes. Assim, essa expressão de territorialidade tem-se mantido viva na memória coletiva desses grupos com sua área, principalmente por conservar, também viva, a memória dos seus ancestrais (DIOCESE, 2000).

Conforme Weber (1994), as sociabilidades são constituídas por várias ações sociais motivadas por um mesmo conjunto de significados. Portanto, a denominação dada à relação social, que é o sentido compartilhado da ação, corresponde a uma conduta plural reciprocamente orientada, dotada de conteúdos significativos. Desse modo, a relação dos indígenas com a natureza não ocorre no sentido de espaços físicos, áreas, mas também o meio ambiente, o modo de vida, a cultura e todas as formas com que se inter-relacionam com os mesmos. Ou seja, não se constitui uma relação de exploração do homem com o ambiente, como ocorre nos moldes capitalistas, mas, sim, de reciprocidade, uma relação de dualidade entre corpo e alma, corpo e espírito (DIOCESE, 2000), uma relação social.

Silva, Filho e Gondim (2008) observam que mesmo aquelas etnias que apresentam algumas atualizações em sua cultura ainda mantêm fortes valores e laços com a terra. Os autores remetem-se às comunidades tradicionais da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), no Estado de Roraima, que já sofreram incursões de agentes da sociedade moderna, a exemplo dos produtores de arroz irrigado que se instalaram por longo período na região⁵, porém, apresentam forte relação recíproca com a natureza.

Os povos tradicionais amazônicos são ocupantes dessas terras há milênios e são capazes de conviver harmoniosamente com a floresta e os demais recursos naturais, presentes no seu *habitat*. Assegurando essa afirmativa, Posey (1987) observa que os estudos etnográficos revelam que as sociedades relativamente autônomas, como as populações tradicionais mais isoladas da Amazônia, têm relações de profunda familiaridade com o meio ambiente, do qual dependem para suprir suas necessidades.

A comunidade indígena de etnia Ingarikó, que ocupa parte do território localizado na TIRSS, tem subsistência tradicional, sendo ela baseada essencialmente na agricultura de queimada, suplementada pela coleta silvestre, pela caça e pela pesca (DIOCESE, 2000). A forma econômica mais importante que representa capital, nessa comunidade, é o conhecimento indígena de como sobreviver no ambiente inóspito das serras, que é passado verbalmente dos mais velhos para os mais novos.

Em face dessas referências e experiências tradicionais, que justificam os conhecimentos das comunidades indígenas, se faz pertinente, no paradigma da “sociedade de risco”⁶, relacionar sua contribuição à sustentabilidade ambiental. Jacobi (2003) aponta a sustentabilidade como novo critério básico e integrador, que implica inter-relação de equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento.

5 Segundo Fontes (2011), esses produtores de arroz se instalaram na TIRSS, iniciando suas plantações nos anos de 1999 a 2000, mesmo após o processo de reconhecimento já ter sido concluído em 1998 pela Portaria 820/98-MJ. Por força da demarcação por meio da homologação com a área contínua de 1.747.464 hectares, pela Portaria 534/05, foram obrigados a deixar o território em 2008.

6 Segundo Giddens (1996), sociedade de risco é um termo usado para caracterizar a sociedade pós-moderna ou contemporânea.

Nesse contexto, os conhecimentos de diferentes culturas ganham destaque, principalmente no valor que os indígenas dão à terra, subsidiados pelo proposto na Agenda 21 (1994), que define a inter-relação entre o meio natural e o desenvolvimento sustentável e o bem-estar cultural, social, econômico e físico das suas populações, compreendendo que esforços nacionais e internacionais de implementação de um desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável devem reconhecer, acomodar, promover e fortalecer o papel das populações indígenas e suas comunidades.

De fato, o saber ecológico e os costumes tradicionais indígenas de gestão dos recursos naturais apresentam soluções baseadas não somente em generalidades de experimentação e observação, mas enraizadas em sistemas locais de valores e significados. Nesse contexto, a noção de sustentabilidade implica repensar o modo pelo qual a própria natureza é concebida e, conseqüentemente, os valores culturais que condicionam as relações de uma determinada sociedade para com a natureza (JACOBI, 2003).

Assim, o objetivo deste artigo é refletir acerca da relação social dos indígenas com o meio ambiente, a fim de contribuir com a sustentabilidade do meio ambiente equilibrado. Para tanto, elabora-se revisão da literatura sobre a relação dos indígenas com a natureza, uma vez que as sociedades tradicionais estabeleceram contato com a natureza e com ela evoluíram, em um processo dinâmico da relação social homem e natureza. Sendo assim, este trabalho se propõe a ser um ponto de partida para estudos que busquem contribuições para o desenvolvimento e a aplicação da sustentabilidade ambiental.

2 MÉTODOS

A pesquisa foi realizada por meio do Google acadêmico, identificando-se artigos e textos científicos em português, publicados em volumes de periódicos científicos de circulação nacional na última década. Como critérios de exclusão, foram descartados os trabalhos publicados por revistas que não possuem ISSN⁷.

O recorte temporal fundamenta-se na visibilidade dada aos indígenas pela Constituição Federal de 1988. Segundo Silveira e Souza (2011), na história constitucional brasileira, a atual Carta Magna inovou e avançou quando reconheceu pela primeira vez, em seus artigos 215 e 231, a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas.

Ainda se adiciona ao recorte, o fato de a temática ambiental ficar mais evidente nessa última década, em que a sociedade humana se encontra crescentemente imersa em contextos que geram incerteza diante de problemas existentes no campo ambiental (GIDDENS, 1996). Esse contexto conduz a sociedade atual ao desenvolvimento da consciência ética para se atingir um ambiente ecologicamente sustentável.

Foram selecionados os artigos que, em seus títulos, mencionassem as palavras “natureza” ou “meio ambiente”, “índios” ou “sociedades tradicionais”, “percepção ambiental”, “educação ambiental”, todas relacionadas a assuntos relativos às sociedades indígenas. Foram encontrados cinco artigos com procedimentos metodológicos envolvendo etnografia, pesquisa de campo e observação, nas bases de dados consultadas, que atendiam ao objetivo proposto sobre a relação das sociedades indígenas com a natureza, segundo os critérios de inclusão.

⁷ O *International Standard Serial Number* (ISSN), ou seja, o Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas, é um código aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada que esteja em circulação, em fase de lançamento ou que já saiu de circulação, seja qual for o idioma ou suporte físico utilizado (ATRIBUIÇÃO DE ISSN, s.d).

Diante do levantamento da literatura disponível, o material foi organizado por meio de fichamentos e/ou sínteses, com a finalidade de realizar análise interpretativa direcionada para aproximação do assunto. Os resultados foram apresentados por meio de comparação entre os autores, destacando aqueles aspectos da relação que se revelavam, como cultura, terra, economia e religião.

Quanto ao método de abordagem, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois o estudo busca apresentar discussão dos elementos subjetivos da relação entre os indígenas e a natureza por alguns autores (CARNEIRO, 2004; RAZERA; BOCCARDO; PEREIRA, 2006; CASTRO, 2007; CHAVES, 2007; VIEIRA; KALHIL; RUIZ, 2012).

3 RESULTADOS

Os resultados obtidos por meio dos diversos autores pesquisados corroboram com a indicação de que existe relação intrínseca entre os indígenas e a natureza. Essa temática se apresenta nos diversos artigos pesquisados, embora sob abordagens diferenciadas, permitindo que se realize síntese, em sequência cronológica, do enfoque de cada autor.

Carneiro (2004) discute, sob a perspectiva do Direito, questões da importância do papel fundamental da terra para continuidade e conservação dos povos indígenas. Em seus estudos, discute questões como a autossustentabilidade, em acordo com os princípios e preceitos do capítulo VIII da Constituição Federal do Brasil/1988, que assegura aos indígenas os direitos de proprietários originários das terras que tradicionalmente ocupam.

Já Razera, Boccardo e Pereira (2006) centraram seus estudos na verificação e análise das percepções dos estudantes indígenas da Tribo Tupinambá de Olivença, na Bahia, sobre a fauna e possíveis influências ou aspectos de ruptura étnica nelas contidas. O conteúdo focou em identificar e discutir sobre a fauna, por meio de abordagem em etnozootologia.

Castro (2007) descreve em sua pesquisa a problematização de alguns dos aspectos do discurso sobre a constituição do espaço indígena. Para isso, expõe um complexo de ideias presente nas culturas indígenas da Amazônia Setentrional. Em uma dialética filosófica, evoca certas ideias não indígenas, de modo a situar a diferença entre os problemas caracterizados como indígenas. O autor analisa como esses grupos humanos tradicionais lidam com outras perspectivas no que se refere à sociedade e ao ambiente.

Em uma etnografia comparada, Chaves (2007) realizou e contextualizou, no âmbito do desenvolvimento do turismo étnico, uma pesquisa em duas terras indígenas: Coroa Vermelha, de ocupação Pataxó no Estado da Bahia e Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso, especificamente na aldeia Kamayurá. Sua análise partiu das discussões levantadas por antropólogos, geógrafos e cientistas sociais que desenvolvem pesquisas sobre o turismo cultural e étnico em comunidades indígenas.

Ao desenvolverem pesquisa participante nas comunidades indígenas Terra Preta, Três Unidos e Nova Esperança, localizadas no baixo rio Negro, zona rural de Manaus, Vieira, Kalhil e Ruiz (2012) conceberam que as sociedades indígenas são portadoras de conhecimentos tradicionais. Os autores reconhecem a necessidade de inserção desses conhecimentos na educação formal pela relevância de sua contribuição e respeito ao meio ambiente.

Os dados levantados que correspondem ao objetivo proposto, nesta revisão bibliográfica, deram origem ao quadro demonstrativo da relação do indígena com a natureza, em aspectos relacionados à cultura, à terra, à economia e à religião (QUADRO 1):

Quadro 1 – Relação dos indígenas com a natureza

AUTORES	ASPECTOS DA RELAÇÃO			
	Cultura	Terra	Economia	Religião
Carneiro (2004) Povo Macuxi/RR	Modo de vida permeada de relações complexas, com valores e significados.	Propriedade das comunidades, valor histórico relativo aos ancestrais.	Manejo autossustentável; uso racional dos recursos para seu sustento.	Sustento espiritual, crenças e mitos.
Razera, Boccardo e Pereira (2006) Povo Tupinabá/BH	Relações com o ambiente, afirmação de identidade étnica, língua e etnoconhecimentos.	Local físico associado à mata, para caçar, pescar, pegar lenha, etnobiologia.	Autonomia socioeconômica da pesca/caça, sustentabilidade e preservação da fauna.	Tudo que está relacionado à mata, natureza, é de encantamento, por um dono.
Castro (2007) Povos Amazônicos e Matsiguenga/PER	Perspectivismo, com complexos ecossistemas em superposição.	Ambiente e ambientado em evolução conjunta.	Estratégias de grande valor adaptativo com tecnologias sofisticadas, relacionadas às regulações ecológicas.	Cosmologia, patamar com fauna, flora e deuses.
Chaves (2007) Povo Pataxó/BH e Povo Kamayurá/MT	Costumes e tradições milenares.	Ambiente categorizado à taxionomia com os animais.	Elementos da relação com o turismo cultural e étnico.	Crenças em elementos sobrenaturais.
Vieira, Kalhil e Ruiz (2012) Povo Baré/AM	Conhecimentos e condutas de respeito e valor pela natureza, passados pelos ancestrais.	Floresta, local de geração de novos ecossistemas.	Vivem da pesca, caça, roça, produção de artesanato e piscicultura em gaiola.	Ritual relacionado aos animais e à floresta.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na relação do indígena com a natureza no aspecto da cultura, conforme demonstrado no quadro acima acerca das etnias estudadas, os autores revelam e acentuam o forte valor simbólico dado pela natureza aos elementos da cultura indígena. A natureza constitui culturalmente interferência em seu modo específico de vida, diretamente permeada por relações complexas que variam de condutas coletivas advindas de seus ancestrais, mesmo em diferentes grupos étnicos. Na natureza encontram-se a afirmação de sua identidade étnica e seus etnoconhecimentos, conforme Razera, Boccardo e Pereira (2006).

No perspectivismo cultural, abordado por Castro (2007), surge um tema de uso comum na modernidade: a globalização. Nessas sociedades, a natureza é compreendida com sentido global, tudo é natureza, incluindo o ser humano, todos se encontram no mesmo patamar de elementos da flora e da fauna. Essa compreensão traduz cosmologia com deuses, espíritos, mortos e outros elementos subjetivos.

Dessa forma, a relação dos indígenas no aspecto da cultura chama atenção para o desenvolvimento da percepção. Nela, o ser humano deveria desenvolver várias formas de ver e compreender o ambiente, por meio da situação de colocar-se no lugar do outro para compreender as experiências e vivências de cada ser.

No aspecto relacionado à terra, ela representa para os indígenas mais do que o sustento físico. Aqui, Carneiro (2004) critica a denominação terras indígenas como uma categoria jurídica. O autor

observa que a posse da terra, para os indígenas, configura um direito congênito, pelo fato de esses grupos possuírem, ao longo dos anos, uma relação histórica e cultural com suas terras.

Assim, a relação com a terra ocorre desde o espaço físico, atrelado à floresta, local comunitário de subsistência para caça e pesca, até o ambiente categorizado por meio da taxionomia. Nesse ambiente, a relação social é guiada pelos não humanos, estabelecendo-se no mesmo patamar dos insetos. Como exemplo, vale citar o caso dos Kayapós, estudados por Posey (1987). Para Castro (2007), a relação com a terra se deu em evolução conjunta entre ambiente e ambientado.

Portanto, a terra é utilizada conforme a simbologia e visão de mundo da própria cultura indígena. Uma das características culturais é a produção. Para os povos tradicionais, representa ser limitada, à exata satisfação das suas necessidades, sendo planejada apenas para reposição da energia consumida, não constituindo acúmulo de bens.

Nesse sentido, com relação aos aspectos econômicos, em correlação com os dados apresentados, os autores observam que os indígenas retiram da natureza os recursos naturais de modo racional e sustentável. Contudo, muitas sociedades já foram inseridas em sistemas de economia de mercado, mas essa incursão alterou apenas, em parte, a influência socialmente transmitida pelos ancestrais. Evoluíram conjuntamente com a natureza desenvolvendo estratégias com tecnologias impulsionadas por regulações ecológicas. Para Razera, Boccardo e Pereira (2006), os indígenas têm na caça e na pesca sua autonomia socioeconômica.

Frente ao exposto, verifica-se que os indígenas desenvolveram estratégias econômicas de sobrevivência menos disruptivas das regulações ecológicas da natureza do que os procedimentos predatórios utilizados pela sociedade não indígena. Portanto, esse saber indígena deve ser estudado, difundido e valorizado, pois pode vir a ser o passaporte para a sobrevivência da atual "sociedade de risco", no mundo pós-moderno.

No tocante ao aspecto da religião, verifica-se que, embora diferenciada em alguns elementos, a religião dos indígenas manifesta-se vinculada a crenças na força da natureza e nos espíritos de seus antepassados. Tudo está relacionado à mata, ao encantamento, com a fauna, a flora e os deuses. Seus rituais são relacionados aos animais e à floresta.

Castro (2007) acentua que o mundo espiritual está muito presente entre os povos indígenas, materializados por suas concepções cosmológicas, por seu perspectivismo. Esse mito dos pronomes cosmológicos, essa forte influência da natureza, têm permitido uma relação evolucionista histórica comum e social entre as sociedades indígenas e o ambiente, uma vez que os indígenas possuem conhecimento passado há gerações e são capazes de sobreviver sem o uso de recursos externos.

Essa discussão aponta para a necessidade de compatibilizar as atividades humanas e o crescimento econômico com a manutenção do meio ambiente, no contexto da sociedade produtora de riscos. Novas práticas relacionadas com a sustentabilidade ambiental podem ser compreendidas como novos desafios da sociedade contemporânea, frente às novas demandas, permitindo, assim, a dignidade da pessoa humana, uma vez que a visibilidade da problemática ambiental tem contribuído para fazer emergir, no cenário mundial, inúmeras reflexões correlacionadas às formas de relações sociais, meio ambiente e produção.

A sustentabilidade, para os indígenas, está diretamente vinculada a sua sobrevivência. Vieira, Kalhil e Ruiz (2012) observam que as comunidades indígenas, além de buscarem alternativa rentável por meio de práticas sustentáveis, como o artesanato, passam valores às futuras gerações sobre sustentabilidade e manutenção do seu *habitat*. Carneiro (2004) destaca que o desenvolvimento sustentável já é utilizado e difundido a partir da própria cultura indígena e observa que a sociedade não indígena vem defendendo nos últimos anos, porém, ainda não se consegue sair do discurso. Já na análise de Chaves (2007), o interesse no turismo cultural étnico reside nos próprios indígenas,

em sua organização social, costumes, tradições e crenças, e não no ambiente natural no qual eles habitam. Com a atividade do turismo cultural e étnico, a visitação turística permite vivências que levam à sustentabilidade.

Paralelo à emergente crise que se reflete no mundo, nas condutas sociais autodestrutivas e no incessante processo de degradação da natureza e da qualidade de vida das pessoas, apresentam-se os indígenas como detentores de conhecimentos tradicionais milenares. Esses conhecimentos precisam ser cada vez mais valorizados, por meio de conscientização e de ética. Constituem atitudes e comportamentos que minimizam as diferenças existentes entre as etnias na busca do equilíbrio entre o ser humano e a natureza, a partir da compreensão e da sensibilização dessa reciprocidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão literária realizada por este estudo revela que é complexa e instigante a relação dos indígenas com a natureza. No transcorrer da história do homem indígena, essa relação foi de sustentabilidade, pois eles desenvolveram estratégias de mútua convivência, às quais demonstram alto valor adaptativo. Portanto, a tecnologia indígena, atrelada ao manejo tradicional, possibilitou de maneira equilibrada a retirada de substratos da natureza para sua sobrevivência. Aqui é importante ressaltar a compreensão de que, para esses grupos tradicionais, é indissociável a inter-relação entre sustentabilidade e sobrevivência.

O repensar ecológico para as sociedades não indígenas é pauta recente do pensar pós-moderno, pois esse pensamento era somente norteado pelo ganho de capital, inobservada a capacidade finita dos recursos naturais. A relação foi sempre pensada em termos de limites e divisas. Contudo, após degradados, os recursos naturais exigem esforços mundiais para sua recuperação. Os custos elevados dessa iniciativa são justificáveis, pois a incidência de alterações, principalmente climáticas, tem repercussão em nível global, não respeitando fronteiras.

Assim, o que se pode refletir é sobre a importância e a valorização dos saberes tradicionais, seja dos povos indígenas ou de outros, como o propósito de preservar a história ambiental e tradicional sobre usos, costumes, tradições e tecnologias. Esses conhecimentos podem contribuir nas estratégias e ações para a consecução do ambiente sustentável.

No entanto, os estudos não abordam aqueles indígenas que, mediados por valores decorrentes do contato interétnico, deslocaram-se de suas comunidades de origem e se encontram no meio urbano. Oriundo do confronto cultural permitido por esse novo ambiente, suas concepções simbólicas encontram-se em processo dinâmico de atualização. Portanto, é necessário que sejam realizados novos estudos, centrados no tema em análise, para que seja possível elencar as percepções indígenas, a partir da paisagem que fazem dos arranjos e cenários urbanos, e em que medida se revela e perpetua sua relação com a natureza.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. Disponível em: < www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21 >. Acesso em: 08 jan. 2014.

ATRIBUIÇÃO DE ISSN. Disponível em: < <http://www.biblioteca.ufrgs.br/issn.pdf> >. Acesso em: 08 jan. 2014.

BRASIL. **Estatuto do Índio**. Lei 6001 de 19 de dezembro de 1973. Disponível em: < www.funai.gov.br/pptal/novoestatuto.ht >. Acesso em: 09 jan. 2014.

CARNEIROS, Edilton Borges. As nações indígenas e o desenvolvimento sustentável. **Hiléia revista eletrônica de direito ambiental da Amazônia**, ano 1, n. 1, v. 1. 2004, p. 178-191.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. A natureza em pessoa: sobre outras práticas de conhecimento. **Revista Mana**, v. 12, n. 2, Rio de Janeiro, 2007, p. 115-144.

CHAVES, Rodrigo Pádua Rodrigues. O Turismo Étnico em Comunidades Indígenas no Brasil: a Reserva Pataxó da Jaqueira e o Parque Indígena do Xingu. Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves GT 47 - **Estudos antropológicos do turismo**. VII RAM - UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2007. p. 1-15.

DIOCESE DE RORAIMA, **Índio de Roraima**. Coleção histórico - antropológica n° 01. Brasília: Coronário, 2000.

FONTES, Micheli Lima de. Indigenismo, Soberania e Geopolítica na Região da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. **Cadernos de Relações Internacionais** - Faculdade Damas, v.2, n.3 (2011) p. 92-152. Disponível em: <<http://www.faculadadedamas.edu.br/revistas/index.php/relacoesinternacionais/article/view/83/60>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

GIDDENS, Antony. **Para além da esquerda e da direita**. O futuro da política radical. São Paulo: UEPA, 1996.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, março/2003, p. 189-205.

POSEY, Darrell A. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, Berta G. (org.). **Suma Etnológica Brasileira 1 – Etnobiologia**. Petrópolis: Vozes/Finep. 1987. p. 15-24.

RAZERA, Júlio Cesar C. C.; BOCCARDO, Lilian; PEREIRA, Jussara Paula R. Percepções sobre a fauna e a flora em estudantes indígenas de uma tribo Tupinambá no Brasil: um caso de etnozoologia. **Revista Eletrônica de Ensino de las Ciências**, v. 5, n. 3, 2006, p. 466-480.

SILVEIRA, Edson Damas da; SOUZA, Ádria S. Duarte. **Políticas públicas e direitos indígenas**. Manaus: UEA Edições, 2011.

SILVA, José H. Gondim; FILHO, J. H. Gondim; GONDIM, Darla M. **O futuro?... Foi ontem!... Uma leitura econômica sobre a insustentabilidade do “desenvolvimento sustentável”**. Brasília: Qualidade, 2008.

VIEIRA, Francisco C. Brito; KALHIL, Josefina B.; RUIZ, M^a. Auxiliadora. Percepção ambiental: Contribuições e práticas indígenas para o ensino de ciências no baixo Rio Negro. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 5, n. 5, jul. 2012, p. 59-68.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva (vol. 1)**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, 1994.